

# Agenda Social Rio

## História, ações e desafios





# Agenda Social Rio

## História, ações e desafios

Dezembro de 2001



## **Agenda Social Rio**

História, ações e desafios

---

Uma publicação **Agenda Social Rio / Ibase**

### **Organização**

Patrícia Lânes

### **Edição**

Iracema Dantas

### **Consultoria**

Moema Miranda, Nahyda Franca, Paulo Magalhães,  
Alexandre Salles e Rosana Queiroz

### **Colaboração**

Dulce Chaves Pandolfi

### **Apoio**

Coordenação Participativa da Agenda Social Rio

### **Revisão**

Marcelo Bessa

### **Projeto gráfico e diagramação**

Mais Programação Visual

### **Fotos**

Arquivo Ibase,  
Alice Peixoto (fundo preto e branco da capa),  
Eleonora Guerra (pág. 23), José Renato (pág. 7),  
Marcus Vini (págs. 18 e 20), Paulo Rubens Fonseca (pág. 29)  
e Rafael Pereira (pág. 17)

### **Fotolito**

Beni Laser

### **Impressão**

Grafitto

### **Tiragem**

1.000 exemplares  
Distribuição dirigida

### **Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**

Av. Rio Branco, 124, 8º andar – Centro  
CEP 20040-001 Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: +(21) 2509.0660 Fax: +(21) 3852.3517  
Endereço eletrônico: [ibase@ibase.br](mailto:ibase@ibase.br)  
<[www.ibase.br](http://www.ibase.br)>

## **Sumário**

**5**

**Apresentação**

**7**

**Uma história para contar**

**23**

**Rio de Janeiro – cidade maravilhosa e desigual**

**29**

**Dilemas e desafios**



# Apresentação

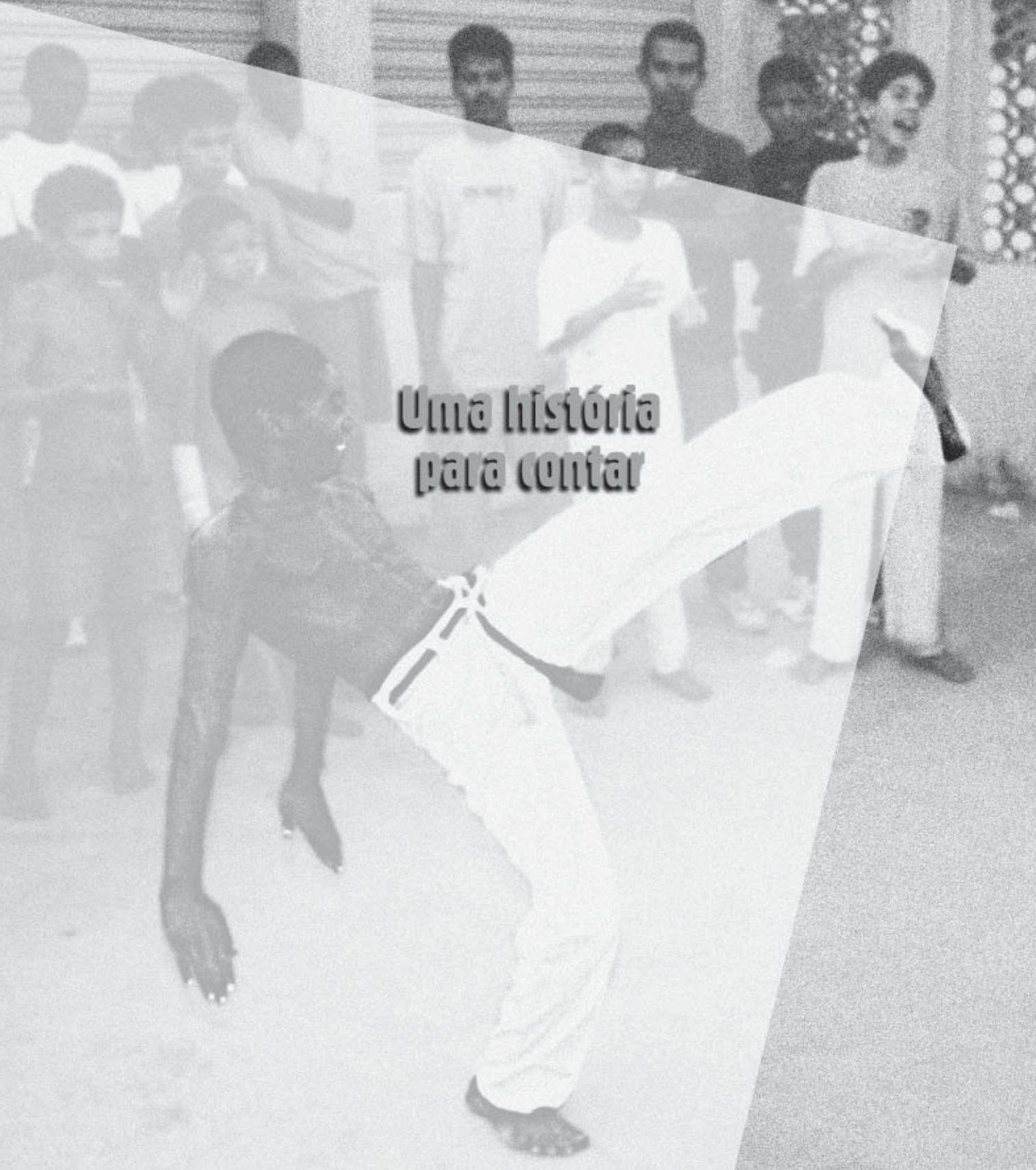
Este livro sintetiza as experiências da Agenda Social Rio, apontando desafios para o futuro. Seu objetivo é resgatar o sentido da iniciativa a partir da revisão de seu histórico e de suas ações. Para isso, leva em conta reflexões sobre a realidade em que a Agenda surge e se estabelece. Assim, incorporamos uma importante análise crítica do projeto feita pela pesquisadora Dulce Pandolfi.

Desde sua criação, a Agenda passou por diversas fases e vem, cada vez mais, incorporando a perspectiva popular na discussão e na elaboração de novas políticas públicas. Ao longo desse período, diversas pessoas e instituições passaram pela Agenda, ajudando a construir sua história.

Agora, faz-se necessário refletir sobre os limites de ações individuais e sobre a potencialidade de ações que partem de um coletivo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Esperamos que o livro possa servir como nossa memória, ajudando-nos a olhar para trás e a reconhecer falhas e acertos. Mas, acima de tudo, esperamos que ele nos ofereça possíveis direções para a caminhada que ainda está por vir, acreditando na possibilidade de contribuir para um projeto coletivo de sociedade onde haja lugar para todos e todas, enfrentando desigualdades e valorizando a diversidade.





**Uma história  
para contar**



# Uma história para contar

A Agenda Social Rio foi pensada como movimento social, envolvendo pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa. Organizações populares, grupos e instituições da sociedade civil e do governo participam da Agenda, refletindo, discutindo e implementando ações que contribuam para o enfrentamento da desigualdade e para a construção de uma sociedade mais solidária, democrática e cidadã.

A Agenda atua através da mobilização e articulação de diversos setores da população da Grande Tijuca. Seu objetivo é realizar ações que integrem bairros e favelas, fortalecendo o diálogo entre eles e contribuindo para a criação de políticas públicas inclusivas, que colaborem para a transformação do quadro de pobreza e profunda desigualdade em que se encontra nossa cidade.

Hoje, fazem parte da Agenda representantes de bairros e comunidades, grupos culturais e de jovens, movimentos sociais, escolas públicas e privadas, creches comunitárias, parques e reservas florestais, professores(as) e educadores(as) e diversas instituições.

A proposta da Agenda nasceu em 1996. Idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, durante a campanha pela candidatura do Rio como sede das Olimpíadas de 2004, a Agenda Social Rio pretendia criar um compromisso social. Esse compromisso envolvia sociedade civil e governo, em torno de metas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos e todas que vivem no Rio de Janeiro. Mesmo com a eliminação da candidatura do Rio, a articulação em torno da Agenda Social se consolidou para cumprir a missão de contribuir para a materialização de seus compromissos, independentemente dos Jogos Olímpicos: educação de qualidade para todas as crianças e jovens; ninguém morando na rua; favelas urbanizadas e integradas à cidade; alimentação de qualidade para todas as crianças e jovens e esporte e cidadania jogando no mesmo time.

Para entendermos melhor o que significou essa idéia àquela época, é preciso dar um passo atrás e rever o momento pelo qual passava o nosso país. No início da década de 90, Betinho esteve à frente de importantes movimentos de mobilização da sociedade civil. O primeiro deles, o Movimento pela Ética na Política, culminou no processo de *impeachment* do então presidente

da República, Fernando Collor de Melo. O segundo deles, e também de muitíssima força de mobilização e projeção, foi a Campanha contra a Fome. Essa campanha nasceu composta de duas instâncias. Uma ligada ao governo e a sociedade, representada pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). E a outra ligada, essencialmente, à sociedade civil, chamada Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Para se ter uma idéia do que significou esse movimento, podemos recorrer a estatísticas. Segundo dados de pesquisa realizada pelo Ibope, 68% da população brasileira acima de 16 anos declarou, em dezembro de 1993, que já tinha ouvido falar da campanha. Em artigo publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em dezembro de 1993, Betinho registra a existência de comitês em 22 dos 27 estados do Brasil. Em meados de 1994, estimava-se em 3 mil, aproximadamente, o número de comitês, em todo o país.

Foi a partir de um processo de articulação institucional e político anterior que surgiu a Agenda. Seus objetivos iniciais, relacionados ao símbolo olímpico, recuperavam questões emergenciais e estruturais que deveriam ser tratadas pela sociedade em seu coletivo. A morte de Betinho foi uma perda enorme para a sociedade brasileira e implicou a redefinição das possibilidades imediatas da Agenda. Em abril de 1997, logo após a eliminação da candidatura do Rio às Olimpíadas de 2004, surgiu a necessidade de identificar uma meta que articulasse as demais, permitindo a consolidação de um sentido integrado para as diversas iniciativas planejadas pela Agenda. Com a implantação da Agenda Social Rio, a questão das Favelas Urbanizadas e Integradas à Cidade ganhou centralidade.

O projeto da Agenda Social Rio deveria ser iniciado por alguma região do Rio de Janeiro. A iniciativa deveria ser um projeto-piloto capaz de se expandir para outras regiões da cidade. A área escolhida para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado da Agenda Social Rio foi parte da Área de Planejamento 2.2, divisão adotada pela Prefeitura, que corresponde às VIII e IX Regiões Administrativas do Rio e engloba os bairros Tijuca, Maracanã, Praça da Bandeira, Alto da Boa Vista, Andaraí, Vila Isabel e Grajaú. A Grande Tijuca, como foi batizada, corresponde a uma área com aproximadamente 393 mil habitantes e superfície de 7.500 hectares, onde estão localizadas 29 favelas, que abrigam cerca de 13% da população total, ou seja, 48.708 habitantes.

Várias favelas dessa região já vinham sendo objeto de ação de uma diversidade de projetos sociais e do poder público em projetos estaduais e/ou municipais de saneamento e urbanização. A área abriga importantes equipamentos institucionais, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e o Hospital Universitário Pedro Ernesto da Uerj, o Maracanã e, ainda, a Floresta da Tijuca, a maior floresta urbana do mundo.

Além de ser importante pólo comercial, a região apresenta grande produção cultural, concentrando escolas de samba, como Salgueiro, Vila Isabel, Unidos da Tijuca e Império da Tijuca, cinco teatros e 20 clubes sociais, entre outros. Trata-se de um conjunto de bairros que possui referências fortes e identidade bem-definida.

A idéia inicial era construir, em parceria com diferentes atores locais, um Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS) para a Grande Tijuca. Esse plano seria capaz de fomentar as potencialidades já existentes nos bairros, articulando iniciativas para uma gestão social integrada da região. Para tanto, era necessário que fosse criado um fórum democrático, capaz de discutir e propor ações para o combate à pobreza e para a redução das desigualdades sociais por meio do estímulo à participação comunitária.

A Agenda trabalhava, então, por grupos de trabalho (GTs), cada um representando uma das metas inicialmente estabelecidas. Esses grupos tinham dinâmica própria e reuniam representantes dos mais diversos setores da sociedade. A coordenação da Agenda ficava centralizada, e havia fóruns gerais, reunindo todos os grupos e a coordenação, onde eram discutidas e tomadas decisões significativas da Agenda.

Nos últimos anos, a Agenda passou por diversas discussões e reflexões e redefiniu seu papel. Reavaliando as possibilidades reais de implantação de um Plano de Desenvolvimento Local como pensado inicialmente, o PDLIS exigia forte participação de órgãos governamentais. E, já que a articulação entre os órgãos de governo suporia um acúmulo político e um nível de relação entre as instituições que iria além da simples parceria, seria impossível implementá-lo daquela forma, naquele momento. Tornou-se substantivo na Agenda a formação política dos atores envolvidos.

Hoje, todos os grupos e subprojetos que fazem parte da Agenda Social Rio são guiados e unidos pelo princípio do fortalecimento de sujeitos políticos coletivos, capazes de contribuir na formulação de políticas públicas mais justas, que incorporem o olhar das classes populares e que causem impacto sobre a questão da desigualdade social.

A Agenda continua se organizando por grupos, porém nem todos se remetem às metas iniciais. Muitos dos que, atualmente, estão em atividade são desdobramentos dos primeiros GTs.

A coordenação da Agenda foi, ao longo do processo, ganhando novo peso e significado. À medida que o projeto se expandia, houve necessidade de compartilhar a coordenação com mais representantes dos GTs e de instituições envolvidas estruturalmente no projeto. Hoje, a Agenda

conta com uma coordenação participativa, com mais de 20 membros, composta por representantes dos GTs ou subprojetos. Ela acompanha as atividades em andamento e reflete sobre temas mais amplos que estruturam a proposta política da Agenda.

Desde 1998, a Agenda vem encontrando formas variadas de atuação, respeitando a dinâmica de trabalho de seus grupos e a consolidação de parcerias diversificadas. E, durante todo esse tempo, uma discussão que permeou o debate da Agenda Social Rio foi a questão da institucionalização. Houve uma opção consciente e estratégica pela não-institucionalização da Agenda. Para manter seu sentido de diversidade e permeabilidade de pessoas, instituições e movimentos, a Agenda preferiu seguir sendo apenas uma agenda, um espaço de encontro e de formulação conjunta de ações que tenham impacto sobre as políticas públicas locais.

Desde de 2000, a Agenda, por intermédio do Ibase e da Fundação Bento Rubião, vem recebendo financiamento da Organização Holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (Novib) para a maior parte de suas atividades. Criada em 1956, a Novib incentiva experiências de combate à pobreza, de forma estrutural e sustentável, na África, Ásia, América Latina e leste da Europa. Não é por mera casualidade que os temas e linhas de trabalho privilegiados pelo Programa Urbano da Novib encontram significativos pontos de convergência com a proposta da Agenda Social Rio. O Programa Urbano apóia iniciativas que procuram mudar as políticas públicas, contribuindo para transformar a cidade em um lugar mais inclusivo, capaz de se desenvolver de forma sustentável, do ponto de vista ambiental, econômico e social.



## Ações

As ações da Agenda vêm sendo viabilizadas por diversos convênios e parcerias, pontuais ou de longo prazo. Muitos parceiros como a Caixa Econômica Federal (CEF), a Escola Oga Mitá, o Sesc da Tijuca, o Finep, o Senac, a Fundação Heinrich Böll e a Fundação Roberto Marinho contribuíram para o andamento das atividades da Agenda, viabilizando projetos em comunidades e nos bairros de forma geral.

A Agenda Social Rio atua por meio de GTs e de projetos específicos. São ações que contam com uma rede de instituições e pessoas muito diversificada. Há encontros periódicos, de acordo com a dinâmica de cada um dos grupos e projetos. Neles, são pensadas as atividades conjuntas futuras e avaliadas as ações anteriores. Aqui estão algumas das atividades e ações colocadas em prática, desde 1998, pelo trabalho desses grupos.

### Valorize – arte, cultura e cidadania

Quatro dias de atividades integrando asfalto e comunidades por meio da cidadania, solidariedade e justiça social. Esse foi o espírito do Valorize – arte, cultura e cidadania, que aconteceu em novembro de 1998, envolvendo os mais variados setores dos sete bairros da Grande Tijuca. Promovido pela Agenda Social Rio, com o apoio da CEF, Prefeitura do Rio, Sistema Firjan e Uerj, o Valorize teve, entre suas atividades, torneios esportivos, mostras de cultura e debates em diferentes locais, como a Praça Saens Peña, *campus* da Uerj, Colégio Militar e Floresta da Tijuca.

Ao longo dos quatro dias de atividades, houve espaço para que autoridades e comunidades pudessem sentar à mesma mesa e debater assuntos polêmicos como segurança, urbanização e problemas como água, luz e esgoto. A conversa foi a oportunidade de representantes das comunidades falarem de seus problemas e buscarem, junto com as autoridades presentes, soluções.

A realização do seminário “Tijuca: memória, cultura e história”, organizado pelo Departamento Cultural da Uerj, reuniu estudiosos sobre o bairro, que apresentaram pesquisas sobre sua história e características. Além do seminário, uma exposição de fotos do bairro percorreu os lugares onde acontecia o Valorize. Foram 12 fotos, que retratavam a Tijuca desde o final do século XIX até a década de 1950, registrando momentos marcantes de sua formação.

Outro momento importante do Valorize foi o encontro de 150 jovens de comunidades e do asfalto em oficinas, entre as quais confecção de artefato carnavalesco, dança, vídeo e música, no

Centro Cultural da Uerj, valorizando a união por intermédio da arte e da cultura. Esse também foi o clima das oficinas organizadas pela Escola de Artes Tear na Praça Saens Peña, numa manhã de atividades que culminaram numa celebração ecumênica.

### **Te encontro na praça. Agende-se!**

Cultura, educação e lazer para integrar favelas e asfalto da Grande Tijuca. Com a intenção de mobilizar a sociedade, o Te Encontro na Praça. Agende-se! promoveu, nas atividades de lazer e educação e no espaço das praças da região, uma grande oportunidade para incentivar a troca de experiências e a maior integração entre os diferentes grupos sociais.

Os encontros aconteceram durante o ano de 1999, sempre nas manhãs do último domingo de cada mês. Foram oferecidas oficinas para crianças, envolvendo educadores de escolas públicas e privadas, com atividades variadas, dando visibilidade àqueles que já possuem trabalhos educacionais na região. Além disso, serviços foram oferecidos à comunidade e grupos culturais da Grande Tijuca – como Amantes das Artes, Cia. Étnica de Dança e Teatro, e Dança e Paz – tiveram a oportunidade de mostrar seus trabalhos.

### **Curso para lideranças comunitárias**

A formação de novas lideranças comunitárias, estimulando a participação democrática das comunidades nas decisões e ações sociais, é uma ação importante da Agenda Social Rio. E é desenvolvida por fóruns e cursos específicos oferecidos para pessoas já envolvidas ou que queiram se envolver na organização comunitária.

Uma primeira turma, com 40 pessoas, participou, em novembro de 1999, do curso de Organização Local e Ação Democrática, voltado à capacitação de lideranças para a gestão local. Patrocinado pela Prefeitura do Rio por intermédio da Secretaria Municipal de Trabalho e executado pela organização não-governamental Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social, o curso teve dois meses de duração, com aulas aos sábados. Abordou questões relativas ao desenvolvimento interpessoal, formação do espaço urbano e exclusão social, direitos sociais e coletivos e organização popular, *marketing* social, elaboração e gestão de projetos, educação e meio ambiente, segurança pública, relações de gênero, saúde comunitária, organização econômica e orçamento participativo. A segunda edição do curso aconteceu em 2000, com apoio da Novib, e formou outras 20 lideranças para o trabalho social em suas comunidades.

## **Formação e qualificação empresarial, cultural e artística**

Terra de Noel Rosa, Martinho da Vila e de muitos outros personagens do samba e da música popular brasileira, além de berço de escolas de samba, como Vila Isabel, Império da Tijuca e Salgueiro, a Grande Tijuca também transformou essa forte característica em oportunidade de trabalho e renda, com a oferta de cursos de qualificação profissional. Uma parceria firmada entre o Instituto Palmares, o Instituto da Imagem e Cidadania e a Escola de Artes Tear garantiu o atendimento de mais de 300 alunos(as), em 1999. As áreas contempladas foram de gestão para autônomos, produtores musicais, profissionais de *hip hop*, beleza, teatro, turismo ecológico, gestão cultural e prestação de serviços.

## **Educação de qualidade para todos e todas**

A democratização da educação de qualidade na Grande Tijuca tem sido uma preocupação permanente da Agenda Social e motivo de várias ações. O Programa de Alfabetização e Ampliação da Escolaridade, realizado desde 1998, atendeu cerca de 800 alunos(as), entre jovens e adultos, em 35 salas de alfabetização. O projeto foi implantado pelo Sesi, em parceria com as associações de moradores e apoio da Secretaria Municipal de Habitação e da CEF. As comunidades indicaram os(as) professores(as) e alunos(as).

Em 1999, foi realizado o I Fórum de Educação, envolvendo participantes do Grupo de Educação da Agenda Social Rio na discussão de formas de ampliação da meta Educação de Qualidade para Todas as Crianças e Jovens. Foram propostas, então, ações importantes realizadas em 1999, como o Circuito de Trocas entre Creches da Grande Tijuca, o I Encontro de Educação Infantil e programação de atividades de lazer e educação nas praças da região.

O I Encontro de Educação Infantil, em setembro de 1999, reuniu 250 pessoas, entre educadoras de creches, professores, pedagogos, estudantes de educação e pais e mães de alunos(as). Palestras, mesas-redondas e oficinas possibilitaram a discussão e o aprendizado de temas atuais, como parâmetros curriculares e arte-educação.

## **Almanaque do meio ambiente da Grande Tijuca**

Ilustrações infantis guiam o leitor através da história da Grande Tijuca, explorando sua divisão espacial e, principalmente, analisando seus problemas ambientais. Assim é o Almanaque do Meio Ambiente da Grande Tijuca, lançado em junho de 1999. A publicação é fruto das discussões do Grupo de Meio Ambiente e foi toda ilustrada por estudantes de colégios da região.

Os desenhos foram selecionados por um concurso, do qual participaram alunos(as) das escolas públicas e particulares da Grande Tijuca. Além de temas relativos à transformação do espaço e do meio ambiente da região ao longo dos anos, são analisados problemas ambientais, como enchentes, deslizamentos e poluição. A publicação apresenta também uma listagem de órgãos responsáveis pela solução dessas questões, ONGs que trabalham com meio ambiente, *sites* onde podem ser encontradas mais informações sobre o tema e vídeos educativos de sensibilização para a temática. São 5 mil exemplares que vêm sendo distribuídos gratuitamente para escolas, comunidades e parceiros interessados.

### **Tom da mata na Grande Tijuca**

A união da música ao meio ambiente, num trabalho que mobilizou escolas, alunos(as) e professores(as), foi a proposta do Projeto Tom da Mata, realizado por uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho, Instituto Tom Jobim, Furnas e o Grupo de Meio Ambiente. Entre 1999 e 2000, três pessoas foram contratadas para atuar em escolas e nas comunidades. Com o projeto, a Grande Tijuca foi a primeira a articular iniciativas comunitárias, por intermédio de associações de moradores e centros comunitários, com o trabalho de sala de aula, envolvendo estudantes das redes pública e particular em ações de plantio, limpeza, reciclagem de lixo entre outras.

### **Grupos focais sobre questões socioambientais**

O Grupo de Meio Ambiente da Agenda Social Rio promoveu, durante o segundo semestre de 1999, encontros em oito comunidades, nas quais moradores(as) foram convidados para falar abertamente sobre suas realidades, aspectos positivos e negativos de suas vidas, e identificando problemas sociais e ambientais. A pesquisa foi feita pela antropóloga Regina Novaes e pela pesquisadora Bia Albernaz, que conversaram com 120 moradores(as) e lideranças das comunidades Nova Divinéia, Jamelão, João Paulo II, Casa Branca, Borel, Formiga, Parque Vila Isabel e Mata Machado e dos bairros Vila Isabel e Grajaú. Saneamento básico, desemprego, transporte, violência, educação e saúde foram alguns dos temas que surgiram nos debates. Os dados coletados estão servindo para a realização de estudos sobre indicadores da região, e o relatório final da pesquisa deu origem à publicação “Com a palavra os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca”, lançada, em edição de mil exemplares, em dezembro de 2000. Os exemplares vêm sendo distribuídos gratuitamente para associações, entidades de comunidades e bairros da região, organizações não-governamentais, projetos públicos e pesquisadores.

### **A voz do morro: canto pela cidadania**

O coral “A Voz do Morro: Canto pela Cidadania” foi resultado de atividades oferecidas pelo curso de formação de lideranças “Organização Local e Ação Democrática”, realizado em novembro de 1999. Reunindo líderes comunitários de diversas favelas da Grande Tijuca, o coral foi transformado em projeto. O objetivo seria dar continuidade às atividades do grupo, contribuindo para formação de crianças e adolescentes por meio da música e promovendo a integração social e espacial dos participantes. Além disso, pretende possibilitar capacitação técnica nas áreas de gestão cooperativa, formação musical e produção cultural.

### **Turismo cultural e ecoturismo**

O objetivo foi formar guias turísticos para atuarem no Maciço da Tijuca. A primeira turma foi formada em 1999, por uma parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho, a Uerj, o Parque Nacional da Tijuca e o Ibase. Participaram 56 jovens, de 16 a 24 anos, do Programa Jovens e Adolescentes em Busca do Primeiro Emprego. As aulas estimularam a criatividade dos jovens. Além de conhecer diferentes pontos turísticos dos bairros que integram a Grande Tijuca, alunos(as) foram estimulados a desenvolver roteiros de turismo originais, envolvendo a história de ocupação de algumas áreas favelizadas, por exemplo. A proposta é inovadora e precisa se fortalecer e ampliar suas parcerias para vir a ser uma opção remunerada para o jovem condutor nas proximidades de sua casa.

### **Centro de atividades esportivas da Agenda Social**

Oferecendo aulas de esportes para crianças e adolescentes, o Centro de Atividades Esportivas da Agenda Social funcionou na Associação Atlética da Light durante o segundo semestre de 1999. Com o trabalho voluntário de professores(as), foram atendidas cerca de 800 pessoas. O objetivo do projeto foi reunir iniciativas das comunidades num espaço adequado à prática esportiva, de modo a proporcionar a integração de jovens e crianças de diferentes áreas da Grande Tijuca. O Centro foi resultado de parceria entre a Light, associações de moradores e projeto Esporte Feliz.





### **População de rua**

Em parceria com a ONG Médicos Sem Fronteiras, as secretarias estaduais da Criança e do Adolescente e Ação Social, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Fundação Leão XIII, a Agenda Social promoveu, em dezembro de 1999, seminário sobre população de rua. Participaram instituições e pessoas que trabalham com o tema das mais diversas formas, como entidades religiosas que distribuem comida e roupa e assistentes sociais de projetos como o Ex-Cola. Um grupo de trabalho foi criado para estudar a articulação das ações já em andamento e discutir novas possibilidades de iniciativas coletivas.

### **Centro de oportunidades na Grande Tijuca**

A Agenda Social Rio facilitou a articulação entre a Paróquia de São Sebastião dos Capuchinhos e a Secretaria Estadual de Trabalho. O resultado dessa parceria foi a inauguração, em 1º de maio de 1999, do Centro de Oportunidades que

cadastra pessoas à procura de emprego, captando vagas junto a empregadores da região e fazendo o elo entre os dois. O serviço, gratuito tanto para empregados quanto para empregadores, é feito através do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

### **Circuito de trocas entre creches da Grande Tijuca**

Surge com a missão de aproximar alunos(as), educadores(as) e pais e mães de creches comunitárias e particulares por meio de ações pedagógicas. Tudo começou em 1998 com a iniciativa de algumas educadoras do Grupo de Educação da Agenda Social Rio, que queriam se conhecer e trocar metodologias. O Circuito promove visitas periódicas entre alunos e professores; atividades de integração em praças e escolas da Grande Tijuca; capacitação de educadores e debates com pais. Além disso, faz circular, nas creches, livros, jogos, vídeos e outros materiais por intermédio da Cesta Pedagógica.

### **História se faz assim**

O Circuito de Trocas entre Creches lançou, no Sesc da Tijuca, em dezembro de 2000, o livro História se faz assim. O lançamento contou com 300 crianças que participaram de atividades recreativas e assistiram à peça de teatro. Cada creche que faz parte do Circuito de trocas entre creches da Grande Tijuca teve espaço para apresentar três histórias, criadas e ilustradas pelas crianças por meio de atividades em sala de aula. A publicação foi distribuída nas creches e para as crianças como forma de divulgar e estimular a participação de educadores(as), pais, mães e crianças nas atividades do Circuito.

### **Centro de memória da Grande Tijuca**

A Agenda Social Rio vem reunindo jovens e idosos(as) de comunidades da Grande Tijuca para reconstruir sua história e pensar sua identidade. A iniciativa faz parte do projeto Centro de Memória e nasceu do encontro entre os projetos “Condutores de Memória”, desenvolvido por educadoras comunitárias sob coordenação da Gestão Comunitária e do Ibase; e “História das comunidades e bairros da Grande Tijuca”, realizado por professores(as) na Uerj. O foco do trabalho é o resgate da história das favelas da região e o seu cruzamento com a história dos bairros dessa mesma área. As comunidades Borel, Chácara do Céu e Complexo do Andaraí integram a iniciativa. O desafio maior dessa proposta é a criação do Centro de Memória da Grande Tijuca, espaço gerador de estudos e debates, onde o acervo histórico local pesquisado será disponibilizado para toda população.

### **Condutores de memória**

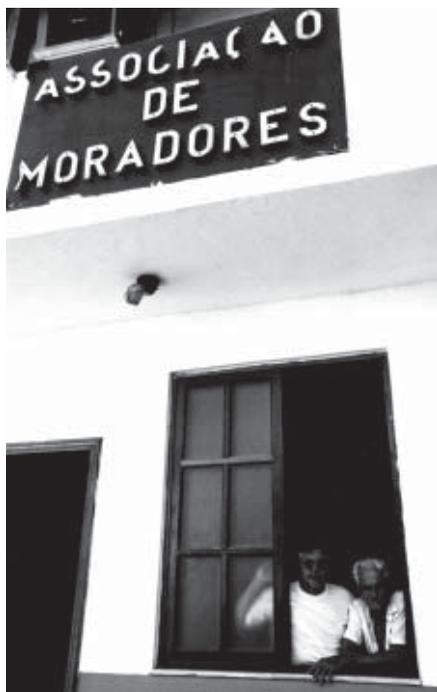
Esse vídeo é resultado do trabalho que a Agenda Social Rio desenvolveu no final de 2000 e este ano nas favelas Borel e Chácara do Céu. São pouco mais de 16 minutos em que antigos moradores(as) aparecem contando conquistas e dificuldades da história de suas comunidades. Há ainda espaço para os que jovens dessas favelas falem sobre suas expectativas para o futuro. O vídeo é o terceiro produto do projeto Condutores de memória, que conta também com dois pequenos informativos, um para cada favela, trazendo as principais histórias narradas e escritas por moradores(as) durante as oficinas. O vídeo e os jornais serão usados nas escolas da região, onde estudam jovens moradores(as), para sensibilizar educadores(as) e alunos(as) para a valorização de uma história diferente da oficial: a história de quem lutou pela posse da terra, pela água e por condições dignas de sobrevivência nessas comunidades.

## Formação de lideranças

A importância da formação política das classes populares faz parte das preocupações da Agenda. Desde 1999, dois cursos de formação de gestores sociais foram organizados, formando 60 lideranças para participação democrática em suas comunidades. A ênfase dos próximos cursos será na formação política de representantes das comunidades, a partir de reflexão mais autônoma e compartilhada. O sentido desse projeto é incorporar o olhar das classes populares em sua própria formação política, trazendo novas formas democráticas de pensarmos política e participação popular.

## Grupo de meio ambiente

Envolvendo escolas, comunidades e pessoas preocupadas com a preservação do meio ambiente na região, o grupo orienta suas ações, tendo como prioridade a integração entre escolas e comunidades. Há ênfase no planejamento participativo e na aliança entre as artes e as questões ambientais. Desde o início de 2001, a questão do lixo foi eleita prioridade. Ações para sensibilizar a população de bairros e de comunidades para o desperdício e para suas condutas individual e coletiva em relação ao lixo no cotidiano da cidade vêm sendo pensadas. Uma pequena peça teatral foi montada com participantes do grupo, encenando situações do cotidiano onde são retratados o lixo urbano, de um ponto de vista mais amplo, incluindo a pobreza e a violência.



lizar a população de bairros e de comunidades para o desperdício e para suas condutas individual e coletiva em relação ao lixo no cotidiano da cidade vêm sendo pensadas. Uma pequena peça teatral foi montada com participantes do grupo, encenando situações do cotidiano onde são retratados o lixo urbano, de um ponto de vista mais amplo, incluindo a pobreza e a violência.

## Organização comunitária

A partir de demandas das favelas, a Agenda Social Rio inicia uma ação que pretende contribuir para uma maior organização das mesmas. A idéia é trabalhar junto com comunidades na formação de representantes locais mais preparados para reconhecer potencialidades e enfrentar problemas locais de forma coletiva. Além disso, o projeto envolve a formação e sensibilização de grupos capazes de mobilizar um maior número de pessoas para ações

conjuntas de transformação. O projeto terá início em duas favelas da Grande Tijuca, e, a partir dessas experiências, será criada uma metodologia para ser aplicada em outras comunidades.

### **Gênero e meio ambiente**

Tem como proposta abordar as questões de meio ambiente e de desenvolvimento local, considerando as diferenças entre homens e mulheres e capacitando participantes do grupo para ampliar esse debate por intermédio de meios de comunicação comunitários.

### **GerAção local: juventude e política na Grande Tijuca**

Grêmios estudantis, grupos de música, dança, teatro e meio ambiente, programas governamentais e não-governamentais são algumas formas que os jovens da Grande Tijuca encontraram para mostrar sua cara. Para a Agenda Social Rio, o sentido do trabalho com a juventude local está no fortalecimento da formação política desses grupos, levando em conta seus diferentes interesses e especificidades. O projeto parte de grupos de jovens já existentes na região para a descoberta conjunta de um sentido político para suas ações, fortalecendo as iniciativas existentes por intermédio de um meio de comunicação que seja porta-voz dessa juventude.

### **Fóruns de interlocução: participação popular e políticas públicas**

Espaços de reflexão para pensar políticas públicas a partir da perspectiva popular, integrando diversos setores da sociedade na discussão de temas urgentes, como urbanização e geração de trabalho e renda. Uma série de encontros e dinâmicas pretende facilitar a construção de uma proposta comum que possa contribuir para políticas públicas mais eficientes, capazes de enfrentar os problemas decorrentes da desigualdade social e contribuir para reverter esse quadro.

### **Grupo de estudos**

Criado para refletir sobre o aprendizado acumulado pelos outros grupos e consolidar uma voz que possa falar pela Agenda entre os participantes e aos que ainda não conhecem o projeto. O Grupo de Estudos da Agenda Social Rio nasceu de demanda da coordenação participativa da Agenda e é aberto para participantes dos grupos e subprojetos interessados em aprofundar temáticas de trabalho. Tem como missão abrir um espaço para que os participantes possam falar do trabalho a partir da leitura de textos, palestras com especialistas e pessoas envolvidas com práticas sociais.

## **Rádio comunitária**

Promover a integração entre o asfalto e as comunidades, interferir em políticas públicas e contribuir para o resgate da auto-estima. Esses são alguns dos objetivos da rádio comunitária Grande Tijuca. A rádio tem uma proposta inclusiva e pretende dar voz aos segmentos que geralmente não têm espaço na mídia. Está sendo planejada por representantes de diversas comunidades, instituições locais e pessoas comprometidas com o trabalho social na região. A rádio funcionará na Escola Oga Mitá. Entre os que trabalham para colocar a rádio no ar estão os grupos que buscam captar recursos e os responsáveis pela grade de programação.

## **Pré-vestibular**

Um grupo da Agenda Social Rio vem discutindo a possibilidade da implantação de um novo pré-vestibular popular na Grande Tijuca. De olho na demanda de muitos jovens e adultos que pretendem entrar na universidade, um dos participantes do último curso de formação de lideranças “Organização Local e Ação Democrática”, no início de 2000, colocou suas idéias no papel e agora busca viabilizar a iniciativa junto com outros participantes da Agenda. Professores de diversas matérias já estão dispostos a dar aulas gratuitamente e já existe uma lista de procura para o pré-vestibular. O desafio, agora, é buscar formas de viabilizar a proposta por meio de novas parcerias e definir seu projeto político-pedagógico.



**Rio de Janeiro –  
cidade maravilhosa  
e desigual**



# Rio de Janeiro – cidade maravilhosa e desigual

O Rio de Janeiro tem sua paisagem e identidade urbana marcadas pela presença das favelas, que se espalham por todos os bairros e que estão geograficamente inseridas nas áreas comerciais e residenciais. Aqui, as favelas são síntese da desigualdade social e berço de componentes fundamentais de nossa identidade cultural: o samba, o carnaval, o *funk* carioca, entre outros. Esses elementos são apropriados por toda a coletividade como sinais que marcam positivamente o “espírito carioca” e desenham a “cara do Rio”.

Mas a ocupação desigual do território do Rio colocou, de forma cruel, as desigualdades sociais à mostra. A população carioca mais pobre é moradora das favelas, as quais, vinculadas à violência e à pobreza, são parte da essência e do imaginário da cidade. Assim, o paradoxo fica evidente na existência de espaços urbanos, como as favelas, que sintetizam, a um só tempo, exclusão/inclusão, negação/afirmação e discriminação/orgulho.

Indiscutivelmente, é nas áreas mais pobres, em que as políticas públicas não são capazes de reverter o quadro estrutural de desigualdade, que se concentram e se reproduzem as maiores mazelas da sociedade. A única forma de reverter o quadro em que nos encontramos seria por meio de uma profunda mudança na estrutura social e econômica que aprofunda e perpetua desigualdades. Algumas ações positivas e integradoras, no entanto, podem se apresentar como formas de contribuir para minimizar preconceitos e apontar caminhos para ultrapassar os impasses da sociedade no Rio de Janeiro.

## Por que trabalhar em favelas?

Programas públicos, como o Favela Bairro da Prefeitura e o Prosaneer do Governo do Estado do Rio de Janeiro, consolidam décadas de intervenções sociais – tanto governamental como não-governamental e mesmo privadas – nas áreas faveladas e rompem com paradigmas anteriores, que se desenvolviam num campo onde a remoção ou a erradicação das favelas apresentavam-se como diretriz principal.

No entanto, embora alguns dos programas governamentais em curso tenham sido elaborados de forma a integrar obras físicas com políticas de desenvolvimento social, as demandas nos campos da saúde, educação, cultura, esporte e lazer, oportunidades de geração de trabalho e renda ainda são significativas. Elas indicam a necessidade de ações mais abrangentes, que congreguem um conjunto diversificado e diferenciado de atores sociais capazes de organizar o consenso possível e materializar intervenções públicas que superem as iniquidades sociais e ideológicas presentes na cidade.

Na verdade, não apenas no Rio de Janeiro, evidencia-se a necessidade de maior reflexão e controle sobre a qualidade, eficiência e eficácia das políticas sociais. A década de 90 trouxe, com nova ênfase, a discussão sobre os modelos de política social vigentes no país. Os níveis de desigualdade e de miséria, a agudização dos conflitos sociais, os índices crescentes de violência urbana, as novas formas de produção da exclusão social e as limitações das políticas existentes tornaram a questão social absolutamente urgente.

Existe, hoje, uma visão bastante clara e relativamente consensual sobre os principais problemas na área de políticas sociais, que aponta, insistentemente, para o fato de que o Estado não poderá resolver sozinho todas as questões colocadas. Da mesma forma, não é possível prescindir da atuação governamental.

O desafio, portanto, é construir políticas sociais com dimensão pública. O público deve ser entendido como espaço de formulação e implementação de políticas para todo o conjunto da sociedade. Ainda que o campo da atuação pública deva conter uma ação decisiva do governo, precisam ser criados, ampliados e reforçados mecanismos de participação social. Esses mecanismos devem auxiliar a organização de espaços diversificados, capazes de formular e executar políticas públicas, assim como devem ser instrumentos de acompanhamento e avaliação dessas políticas por parte da sociedade civil.

Não é só a presença do Estado que muda as condições sociais vigentes. Atualmente, nas favelas do Rio, apesar da presença importante do aparato governamental, sua ação impacta pouco as condições sociais das localidades e mantém praticamente intocadas as desigualdades.

É necessário desenhar outras políticas. Mais do que isso, é preciso desenhar políticas que possam apropriar e traduzir o saber adquirido pelas comunidades pobres. Isto é, a participação não apenas como valor instrumental deve ser a pedra angular de “novas” políticas públicas.

Justamente por isso, uma agenda social do Rio teria de adotar a “questão” das favelas como elemento aglutinador e ordenador de um amplo conjunto de iniciativas. Iniciativas que não têm simplesmente o sentido de “integrar” a favela.

Nosso objetivo é mais ousado, radical e profundo. Propomos contribuir para alterar a situação de integração subordinada que marca grande parte da vida econômica, política e social da cidade, criando e consolidando estigmas discriminadores pelos quais a população da favela é vista e se vê, é percebida e se percebe. É preciso, portanto, ir além e qualificar a integração da qual falamos. Alterar as condições de iniquidade social que se revelam na baixa qualidade de vida da população favelada e, ao mesmo tempo, interferir nas concepções que associam preconceitos e estereótipos a essa parte da população: eis nosso desafio. Esse é, a nosso ver, um dos caminhos fundamentais para a construção de uma cidade realmente democrática. É, portanto, um desafio que inclui e envolve a todos e todas: favela e asfalto; sociedade civil e governo; jovens e idosos(as); empregados(as) e empregadores(as). As condições para essa alteração são de diversas ordens e já começam a acontecer.

## **Ações da sociedade civil**

O número de iniciativas que se multiplicam na sociedade civil nas últimas décadas nos dá pistas da constituição de um momento histórico novo, em que o papel do Estado se redefine. Ideologias que antes eram opção deixam de ocupar o mesmo lugar; há uma profunda desconfiança em relação a instituições antes tidas como garantidoras da ordem democrática. Há a afirmação de grupos étnicos e religiosos e o aumento, sem precedentes, da exclusão social, além da retomada de questões como democracia e cidadania. A organização da sociedade civil, nesse contexto, ganha extrema relevância.

As organizações não-governamentais, sem fins lucrativos ou voluntárias também têm sido responsáveis pela ação social positiva, tentando, no limite, circular em uma esfera em que o Estado não está presente, sem, no entanto, ocupar seu lugar ou exercer seu papel. Essas organizações, que tiveram grande força na década de 80 e se multiplicaram na última década do século XX, revêem seu papel e fazem uma autocrítica quanto ao impacto de suas ações sobre a sociedade. O limite de suas atuações, de sua institucionalização, das relações que estabelecem com o Estado e, mais profundamente, o impacto real de suas ações sobre a estrutura social e econômica em que se inserem. Por outro lado, essas mesmas organizações e movimentos sociais

estão cada vez mais fortes, ganhando espaço e força política por meio de uma rede internacional que se esforça por uma nova opção de ordem mundial e por uma diferente globalização.

Nossa experiência tem o objetivo utópico de resgatar o sentimento de integração, aproximação, vizinhança entre pessoas que moram no mesmo bairro e são separadas por fronteiras sociais, geográficas e, acima de tudo, simbólicas. Nossa proposta está na contramão daquilo que é apresentado como principal modelo de intervenção social. Nosso desafio está na mobilização para a ação política integrada, onde todos os moradores e moradoras podem e devem aprender uns com os outros. Suas ações práticas levam consigo o resultado de uma reflexão que tem como objetivo o fortalecimento e a integração das iniciativas e movimentos populares já existentes.

A necessidade de sistematização do que aconteceu na Agenda Social Rio até hoje e a reflexão crítica dessa experiência fizeram com que a Agenda convidasse uma pesquisadora que não pertencia ao projeto para que pudesse olhá-lo de fora e pontuasse, a partir de um outro lugar, seus méritos e desafios. A experiência é, sem dúvida, exemplar para a Agenda, já que produz um debate posterior a partir dos dilemas colocados para o projeto. O texto que se segue, portanto, resgata momentos importantes da trajetória da Agenda, de sua criação, em 1996, até o início de 2001. Além disso, o texto parte de dados sistematizados ao longo da iniciativa, de entrevistas com seus participantes e do acompanhamento de diversas atividades.



**Dilemas  
e desafios**



# Dilemas e desafios\*

**Dulce Chaves Pandolfi**

pesquisadora do Cpdoc/FGV

O objetivo deste texto é fazer uma reflexão sobre a Agenda Social em um momento muito especial da sua existência. No decorrer de 2000, após quatro anos de funcionamento, a Agenda Social passou a viver um processo de questionamentos e avaliações, buscando redefinir seus caminhos e reconstruir sua identidade. Sem fazer afirmações categóricas ou encontrar soluções definitivas, pretendo, neste texto, levantar questões que ajudem a formular um diagnóstico sobre a Agenda Social e apontar sugestões que possam contribuir para seus eventuais desdobramentos.

Para a elaboração do texto, fiz uso de diversos recursos metodológicos. Recolhi e analisei a documentação escrita e produzida pela Agenda Social, desde 1997 até dezembro de 2000: atas de reunião, relatórios de atividades, informes, boletins, artigos, projetos etc. Participei de algumas reuniões e fóruns realizados pela Agenda Social e, finalmente, entrevistei muitos dos seus participantes.<sup>1</sup>

---

\* Para a realização deste trabalho, contei com a colaboração do bolsista Mário Brum e do auxiliar de pesquisa Marcelo Costa da Silva, aos quais muito agradeço.

1 Os entrevistados foram: Itamar Silva (Fundação Bento Rubião); Moema Miranda (Ibase); Nahyda Franca (Ibase); Olinto Pegoraro (Gestão Comunitária); Raimundo Santa Rosa (Light); Alexandre Santos (Dept. de Geografia/Uerj); Élide Vaz (Dept. de Comunicação/Uerj); Patrícia Lânes (jornalista/Ibase); Paulo Magalhães (Caixa Econômica Federal); Alexandre Salles (Agente de Desenvolvimento Local); Rosana Queiroz (Agente de Desenvolvimento Local); Ruth Barros (Liderança Comunitária); Léa Aires (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social); Edson Dias (Presidente da Associação de Moradores de João Paulo II); pastor Sebastião Mateus da Silva (Igreja Nova Canaã); Nilza Gomes (presidente da Associação de Moradores do Morro da Formiga); Nilza Rosa (agente comunitária/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). Os três últimos foram entrevistados no segundo semestre de 2000. Todos os demais foram entrevistados em janeiro e fevereiro de 2001. As entrevistas de Itamar Silva, Moema Miranda, Olinto Pegoraro, Raimundo Santa Rosa, Alexandre Santos, pastor Sebastião Mateus da Silva, Nilza Gomes e Nilza Rosa fazem parte do acervo de História Oral do Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## Primeiras articulações

Em junho de 1996, o sociólogo Herbert de Souza, Betinho, coordenador geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), lançou a campanha Agenda Social Rio 2004. Naquela ocasião, o Rio de Janeiro era uma das cidades candidatas para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. A idéia de Betinho era aproveitar o clima de mobilização existente em função da candidatura do Rio de Janeiro e lançar uma campanha que envolvesse diversos setores da sociedade e do Estado em torno de cinco metas que deveriam ser alcançadas pela cidade em 2004: educação de qualidade para todas as crianças e jovens; todas as crianças bem alimentadas; favelas urbanizadas e integradas à cidade; ninguém morando na rua; e esporte e cidadania jogando no mesmo time. A proposta, ambiciosa e polêmica, sensibilizou uma parcela da opinião pública. Quando, em março de 1997, o Rio de Janeiro perdeu a disputa para sediar as Olimpíadas, a decisão foi manter as articulações em torno da Agenda Social. “Havia muita gente interessada em fazer alguma coisa e não dava mais para recuar.”<sup>2</sup> Poucos meses depois, em agosto, morreu Betinho. Era necessário redefinir o projeto, torná-lo menos ambicioso, pois, nas palavras de um dos coordenadores, a partir de então a Agenda iria ser tocada por pessoas de “carne e osso”.

Com a morte de Betinho, a Agenda teve uma reviravolta, muitas pessoas foram se afastando. Teve-se de repensar a Agenda. Não dava mais para tratar das cinco metas [...]. Foi um processo de repactuação da Agenda Social. Éramos nós, só os mortais, que tínhamos de tocar aquele barco.<sup>3</sup>

A partir dali, embora as cinco metas iniciais da Agenda Social não tenham sido abandonadas, “favelas urbanizadas e integradas à cidade” passou a ser a meta central, a ordenadora de todas as outras.

Conforme o previsto, em setembro de 1997, um mês depois da morte de Betinho, foi realizada uma grande reunião no auditório da Caixa Econômica Federal (CEF), no Centro do Rio de Janeiro. Além do governador do Estado do Rio e do prefeito da cidade, cerca de 400 pessoas, representando 85 entidades da sociedade civil e 22 entidades governamentais, participaram do evento. A maior parte dos participantes era composta de moradores de favelas. Naquele encontro, a favela aderiu ao projeto.

---

2 Moema Miranda. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

3 Itamar Silva. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

No ano seguinte, após alguns estudos, a Grande Tijuca foi definida como a área de intervenção da Agenda.<sup>4</sup> A proposta era fazer uma experiência-piloto. Caso fosse bem sucedido, o projeto seria expandido para outras regiões. Vários motivos justificavam aquela escolha. Havia ali uma grande concentração de favelas; muitas contavam com a presença do poder público por meio de projetos como o Prosanear (do governo estadual) e o Favela-Bairro (da prefeitura); diversas instituições religiosas e filantrópicas atuavam na região; a Tijuca possuía ainda uma forte identidade cultural e a convivência entre “morro” e “asfalto” era de agudo conflito.

Pretendia-se implantar na Grande Tijuca um Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS). Para sua implementação era fundamental a participação do poder público e do empresariado. Mais do que um fórum de debate e integração entre as diversas favelas da região – e, sobretudo, entre elas e o asfalto –, a Agenda Social deveria ser um espaço capaz de favorecer a produção de políticas públicas.

## A Agenda em funcionamento

Com uma coordenação composta inicialmente por cinco pessoas – Moema Miranda, do Ibase; Itamar Silva, da Fundação Bento Rubião; Paulo Magalhães, da CEF; Bruno Silveira, da Fundação Norberto Odebrecht e Antônio Carlos Mendes Gomes, do Sindicato da Indústria de Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon) –, a Agenda Social Rio se estruturou em Grupos de Trabalho (GTs). Articulados num primeiro momento em torno das cinco metas propostas por Betinho, os antigos GTs, no decorrer do processo, deram lugar a novos grupos: Educação, Meio Ambiente, Comunicação e Esporte e Cidadania.

O ano de 1998 foi pródigo para a Agenda. Reformulados, os GTs passaram a funcionar regularmente. Em parceria com diversas organizações não-governamentais (ONGs) e com o apoio de instituições como a CEF, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a Construtora Norberto Odebrecht, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Prefeitura do Rio e a Finep, vários projetos se concretizaram.

No mês de julho, foi publicado o primeiro número do *Informativo Agenda Social*, um instrumento de divulgação das atividades da Agenda Social na região. Com uma tiragem de 5 mil exemplares, a publicação deveria ser bimensal.

---

4 A Grande Tijuca compreende os bairros Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú, Tijuca, Maracanã, Praça da Bandeira, Vila Isabel e seu conjunto de favelas.

Com o objetivo de divulgar o PDLIS e de buscar uma integração entre o “morro” e o “asfalto” pela arte e cultura, realizou-se, de 26 a 29 de novembro de 1998, a semana *Valorize*. Nessa semana, atividades culturais e esportivas ocorreram simultaneamente em pontos estratégicos da Tijuca: Uerj, Praça Saens Peña, Colégio Militar e Floresta da Tijuca. Luiz Paulo Conde, prefeito do Rio na época, e o então vice-governador Luiz Paulo Corrêa da Rocha participaram da abertura do encontro. Apesar do sucesso, “o *Valorize* serviu para divulgar, mas não integrou!”<sup>5</sup> Apesar das dificuldades, a meta “favelas urbanizadas e integradas ao asfalto” permanecia como a meta central.

Em 1999, a Agenda continuou num bom ritmo. As reuniões eram freqüentes e concorridas. O *Informativo Agenda Social* mantinha sua periodicidade. Os GTs davam continuidade às suas atividades e iniciavam novos projetos. Mobilizando escolas e creches da região, o Grupo de Educação, contando com a participação especial da Escola Oga Mitá, implantou o *Circuito de Creches*, uma troca de experiências envolvendo creches públicas e particulares, tanto do “morro” como do “asfalto”. De grande repercussão foi o *Programa de Alfabetização e Aumento de Escolaridade*. Com o apoio do Sesi, salas de aula para jovens e adultos passaram a funcionar em várias comunidades. O *Almanaque do Meio Ambiente da Grande Tijuca*, cujo objetivo era difundir o conceito de meio ambiente urbano e discutir as transformações socioambientais da área, foi publicado e adotado em algumas escolas da região. Em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, foi inaugurado, na Igreja dos Capuchinhos, o *Posto Avançado do Centro de Oportunidades*, que era uma tentativa de equacionar a relação entre a oferta e a procura de emprego na região. Ainda em 1999, realizou-se uma segunda edição da semana *Valorize*. Com objetivo de capacitar pessoas e formar novas lideranças, foram oferecidos *Cursos de Capacitação de Gestores Sociais*. Para pensar os rumos da Agenda, a coordenação organizou um *Ciclo de Debates sobre o PDLIS*. Também de grande importância foi a pesquisa qualitativa realizada em comunidades e bairros da Grande Tijuca. Por meio de grupos focais, buscou-se ouvir os moradores da região para ajudar a Agenda a construir sua própria agenda. Os resultados da pesquisa foram divulgados no livro *Com a palavra os moradores*, publicado em 2000.

Se muitos projetos foram bem sucedidos, outros encontraram dificuldades para sua implementação. Em que pese a grande quantidade de clubes esportivos existentes na Tijuca e apesar da

---

5 Patrícia Lânes. Depoimento à autora.

importância que a coordenação da Agenda atribuía às atividades esportivas, o GT de Esportes não conseguiu uma boa resposta do “asfalto”. Apesar da resistência de alguns sócios, a Associação Atlética da Light cedeu suas instalações para os jovens atletas das favelas. Inaugurado em agosto de 1999, o *Centro de Atividades Esportivas da Agenda Social* (Caeas), funcionou cerca de seis meses. Nesse período, professores e funcionários trabalharam de forma não-remunerada. Sem conseguir financiamento para o pagamento do pessoal, o Caeas teve de interromper suas atividades, e o GT de Esportes parou de funcionar.

Em meados de 1999, em função de contatos estabelecidos entre a Agenda Social e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, foi implantado, no Morro da Formiga, o *Mutirão pela Paz*, uma estratégia de “ocupação social” das favelas do Rio de Janeiro. Parte de um programa maior de combate à violência, a idéia era articular as ações na área da segurança pública com os programas sociais desenvolvidos pelo governo estadual, prefeitura e entidades civis. Ao invés de intervenções violentas e esporádicas, a presença da polícia nas favelas deveria ser constante e monitorada pelas próprias comunidades. Alguns motivos justificavam que o *Mutirão pela Paz* fosse implantado inicialmente no Morro da Formiga: havia ali uma tradição de organização comunitária e uma razoável presença do poder público. Além do mais, muitos líderes da comunidade participavam ativamente da Agenda Social. Entretanto, encontrando obstáculos para sua efetivação, o projeto não teve continuidade.

O ano de 2000 se inicia com o aumento da violência em favelas da região da Grande Tijuca. Lideranças comunitárias envolvidas em projetos que vinham sendo desenvolvidos pela Agenda Social foram atingidas pela violência. O afastamento dessas lideranças representou um momento de inflexão na trajetória da Agenda Social e marcou profundamente seus coordenadores.

Apesar do surgimento de novos projetos – como *Os Condutores de Memória*, financiado pela Novib, e o *Tom da Mata*, financiado pela Fundação Roberto Marinho – e da continuidade, em 2000, de alguns projetos importantes, como o *Circuito de Creches* e o *Curso de Gestores*, do ponto de vista de vários de seus animadores, a Agenda Social “entrou em crise”.<sup>6</sup> De fato, naquele ano, houve um retraimento das lideranças comunitárias, poucos fóruns foram realizados e o *Informativo Agenda Social* perdeu sua regularidade. Foram publicados apenas dois números

---

6 Sobre a crise da Agenda Social, ver o artigo de Moema Miranda e Paulo Magalhães: Reflexões sobre a Agenda Social. *Democracia Viva*, n. 8, junho de 2000, p. 54-61.

do jornal: um em maio e outro em dezembro. Diante de um certo esvaziamento da coordenação, o GT de Comunicação, responsável pelo acompanhamento e divulgação das atividades da Agenda, assumiu um papel relevante e também não conseguiu fugir da discussão sobre a “crise”.

## As visões da crise

Por mais que todos concordem que a partir de 2000 houve uma certa dispersão, um “esfriamento”, a percepção sobre a “crise” da Agenda é bastante variada. As razões e as soluções apontadas para sua superação também são variadas.

Alguns membros da coordenação, principalmente aqueles que participam desde o início, temem que a Agenda tenha fugido à sua idéia original. Os mais críticos são Paulo Magalhães, Moema Miranda e Itamar Silva. Buscando sintetizar de forma esquemática suas reflexões, podemos dizer que, para eles, transformada em uma espécie de “balcão” de oportunidades, a Agenda teria assumido um cunho meramente assistencialista, contribuindo para a manutenção de uma ordem social injusta e desigual. A Agenda não teria conseguido ser um espaço de reflexão autônomo, um espaço de formulação de projetos. Mesmo apostando na sua continuidade, consideram fundamental repensar a Agenda e buscar novos caminhos.

Outros vêem a crise da Agenda como parte de uma crise maior, uma crise que envolve as ONGs e o conjunto do movimento social.

Alguns, na tentativa de relativizar a crise, chegam até mesmo a negá-la. Entre os que mais a relativizam, está o agente de desenvolvimento local Alexandre Salles. Segundo ele, existe uma superestimação, uma visão intelectualizada da crise por parte de algumas pessoas da coordenação:

A coordenação é quem mais se preocupa com essa crise. Algumas cabeças pensantes estão preocupadas, justamente por não participarem do dia-a-dia das comunidades. Não estão sabendo o que está se passando... Aí, quando vão para uma reunião e sentem um esvaziamento, pensam: “a Agenda acabou”. Agora, a Agenda é reunião? É uma crítica que faço: a Agenda enquanto coordenação ela é muito intelectualizada. [...] Esse é o grande problema: da teoria e da prática. Muitas pessoas que estão envolvidas na Agenda são muito teóricas, na prática deixam a desejar, não estão ali no “vamos ver”. De repente, pode ser que a Agenda tenha morrido e que a gente tenha de fazer outra coisa. Mas, andando pelas comunidades, não ouvi ninguém falar que a Agenda morreu.<sup>7</sup>

---

7 Alexandre Salles. Depoimento à autora.

Se a percepção sobre a dimensão da “crise” é variada, todos os nossos entrevistados reconhecem que, a partir de um certo momento, houve um retraimento das lideranças comunitárias nas reuniões da Agenda Social. Embora a questão da violência seja um ponto importante para explicar o afastamento de algumas lideranças comunitárias, pouco se fala sobre o assunto. Segundo um dos nossos entrevistados, se a violência não pode ser banalizada, ela também não deve ser superestimada.<sup>8</sup>

Para alguns, esse retraimento teria sido decorrência de uma frustração. Isso ocorreu porque, no início, havia, por parte das lideranças comunitárias, uma expectativa grande sobre o poder de intervenção da Agenda.

Eles criaram uma expectativa muito grande em relação à Agenda. Achavam que ela podia resolver ou ajudar a encaminhar todos os seus problemas. A gente criou essa expectativa ou deixou que ela crescesse... A expectativa era de que a Agenda – com a força que tem, com os parceiros que tem – poderia ser um interlocutor de maior peso para fazer valer as demandas das comunidades.<sup>9</sup>

Além das questões comunitárias, havia também uma expectativa de que a Agenda pudesse solucionar as carências individuais.

As demandas das comunidades são coisas muito concretas. As pessoas chegavam com expectativas: “vou trabalhar no Tom da Mata e vou ganhar cem reais por mês. Não que eu não goste de trabalhar com meio ambiente, mas também preciso comer.”  
O esvaziamento foi em função disso. [...] As pessoas querem coisas específicas!<sup>10</sup>

A desmobilização também é explicada em função do teor das reuniões promovidas pela Agenda Social. Muitas vezes, os temas ali abordados não conseguem despertar o interesse das lideranças comunitárias.

Na última reunião desses fóruns ampliados a que fui, no Sesc Tijuca, senti atrás, e muita gente estava impaciente. Muitos foram em busca de coisas concretas. Discutiam-se questões relativas a como se monta uma cooperativa, e algumas pessoas reclamavam, umas com

---

8 Alexandre Santos. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

9 Itamar Silva. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

10 Patrícia Lanes. Depoimento à autora.

as outras: “ah, que chato, que saco ter de ficar ouvindo esse negócio”. Há muito disso: o tempo das pessoas, o que elas esperam desses encontros e reuniões.<sup>11</sup>

Mas, a despeito das diversas visões sobre a crise, todos reconhecem a Agenda como um pólo organizador do movimento comunitário, um fórum de integração entre as diversas favelas da Grande Tijuca. Todos acreditam que ela teve e ainda tem um importante papel a desempenhar.

## Dilemas da Agenda

### A relação com as “comunidades”

Sem dúvida, um dos pontos altos da Agenda foi alavancar um processo de integração entre as diferentes favelas da Grande Tijuca. Essa é uma questão que surge sempre com muita força nos depoimentos, sobretudo naqueles das lideranças comunitárias. Segundo Edson Dias, o presidente da Associação de Moradores da comunidade João Paulo II, a Agenda vem fazendo essa integração.

Em 1998, quando assumi a associação, os presidentes do Complexo não se falavam, cada um era receoso com o outro. E, na Agenda, pude presenciar vários presidentes e pude ver que o meu problema não era só meu, era de todo mundo. Todos tinham o mesmo tipo de problema, e ali já comecei a perceber outras coisas e a solucionar alguns problemas meus. Passei a sentir mais confiança.<sup>12</sup>

A integração entre as diversas favelas da região é também enfatizada por Ruth, moradora do Morro do Borel.

Quando a Agenda chegou foi uma coisa inédita, porque estava todo mundo disperso, as comunidades estavam dispersas, não estava havendo aquela integração. As pessoas estavam muito no individual. Quando a Agenda começou esse trabalho, chamando as comunidades para participar, houve uma integração muito grande. Foi um elo, uma união das comunidades da Grande Tijuca.<sup>13</sup>

---

11 Éliida Vaz. Depoimento à autora

12 Edson Dias. Depoimento à autora.

13 Ruth Barros. Depoimento à autora.

Argumento semelhante é utilizado por Nilza Rosa.

A Agenda reuniu todo mundo. E nisso teve um ganho muito bom. Ela estimulou, reviveu o movimento comunitário que estava *capenguinha*. [...] Havia associações de moradores em que não tinha eleição, que estavam desativadas. Os moradores acabaram participando. E aí começou crescendo, crescendo, crescendo e chegou ao que ela é hoje. A Agenda é onde você discute parcerias.<sup>14</sup>

Cabe salientar, no entanto, que o envolvimento das diversas favelas da região da Grande Tijuca com a Agenda Social é bastante diferenciado. O Morro da Formiga e o Borel são, talvez, as mais envolvidas com o projeto.

Se a integração entre as diferentes comunidades da Grande Tijuca é vista como um ponto muito positivo, o mesmo não ocorre em relação à integração do “morro” com o “asfalto”. Todos concordam que a participação do “asfalto” deixou muito a desejar.

Ficou mais o pessoal da favela, o que não é ruim desde que se reflita sobre isso e veja qual é a direção que se vai dar. Não podemos continuar falando de encontro [entre morro e asfalto] e trabalhar só com um lado. Temos de redefinir o que a gente pode e o que a gente quer na Tijuca.<sup>15</sup>

### **O papel das associações de moradores**

Nas décadas de 70 e 80, as associações de moradores tiveram um papel fundamental na organização e mobilização das favelas no Rio de Janeiro. Na década seguinte, junto com o movimento social, caíram num certo esvaziamento. Atualmente, devido ao poder do tráfico e à questão da violência, a situação agravou-se. Logo que a Agenda Social começou a atuar na Grande Tijuca, houve uma grande preocupação em contatar as diversas associações de moradores da região, tanto as do “morro” como as do “asfalto”. Mas, diante das dificuldades enfrentadas, buscou-se contatar pessoas que, mesmo desvinculadas das associações de moradores, tivessem algum tipo de participação nas atividades comunitárias. Além disso, uma das

---

14 Nilza Rosa. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

15 Itamar Silva. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

preocupações da Agenda Social foi tentar capacitar novas lideranças nas comunidades. Alexandre Salles explica esse processo.

Por exemplo, existe a Clenilda, que está participando com a gente da Agenda Social. Ela é do Andaraí, começou a participar do GT de Comunicação, foi crescendo e hoje é vice-presidente da associação. É uma pessoa que não tinha uma visão ampliada das coisas, e, constantemente, ouço-a falar: “a Agenda tem aberto um caminho para mim e tem me mostrado várias coisas que eu posso fazer”. Isso é ótimo. Não é um presidente que se ganha, mas a comunidade que ganha mais uma liderança.<sup>16</sup>

### **As parcerias: o empresariado e o poder público**

Em junho de 1996, quando foi lançada a campanha Agenda Social, ocasião em que o Rio de Janeiro era uma das cidades candidatas a sediar as Olimpíadas Internacionais de 2004, houve uma razoável mobilização tanto do poder público, como da iniciativa privada. Naquele momento, a Agenda Social conseguiu estabelecer diversas parcerias com variados segmentos do estado e da sociedade. Mas, com o passar do tempo, muitos parceiros foram se afastando. Ao longo do período, os mais persistentes foram a CEF e a Light.<sup>17</sup>

De certa forma, a CEF tem sido o “grande parceiro” da Agenda Social. Graças ao seu prestígio, foi possível atrair não só comerciantes e pequenos empresários da região, mas também moradores das favelas. Sua sede na Praça Saens Peña tem sido palco de muitas reuniões. Na realidade, a participação da CEF na Agenda Social se insere numa linha de programa de auxílio às comunidades de baixa renda que ela desenvolve. A partir da experiência com a Agenda Social, a CEF ampliou sua participação em projetos semelhantes como a Câmara de Desenvolvimento da Zona Norte e o PDLIS de Manguinhos. Entretanto, mais recentemente, talvez por não ter obtido o retorno esperado, a CEF diminuiu sua participação na Agenda Social.

Nesse aspecto, o caso da Light parece ser diferente. Seu envolvimento com a Agenda tem propiciado um retorno substantivo. Ou seja, a Light encontrou na Agenda Social um parceiro privilegiado para sua intervenção nas comunidades da Grande Tijuca. Isso porque, após a privatização, a

---

16 Alexandre Salles. Depoimento à autora.

17 Por mais que a participação seja institucional, não há como negar o empenho pessoal, na Agenda Social, de Paulo Magalhães, representante da CEF, e de Raimundo Santa Rosa, representante da Light.

empresa implementou o Pronai, um programa de normalização de energia elétrica nas áreas informais. Um dos seus objetivos é exterminar os chamados “gatos”, denominação dada às instalações elétricas clandestinas que continuam existindo em muitas favelas do Rio de Janeiro. Segundo Raimundo Santa Rosa, diretor da Light e um dos coordenadores da Agenda Social, o interesse da Light não é apenas regularizar o fornecimento de energia elétrica e reduzir suas perdas financeiras. O que também está em jogo é a participação da empresa no processo de urbanização das favelas, contribuindo, assim, para o aumento da cidadania. Ainda segundo Raimundo Santa Rosa, em algumas localidades do Rio de Janeiro, o processo de “caça aos gatos” tem se ocorrido de maneira traumática. Mas, na região da Grande Tijuca, graças à intermediação da Agenda Social, esse tipo de intervenção vem ocorrendo de forma tranquila.<sup>18</sup>

No que diz respeito ao envolvimento do poder público com a Agenda Social, segundo um dos nossos entrevistados, “o estado e o município não aderiram à Agenda, não se tornaram parceiros [...] A participação foi muito segmentada. Algumas secretarias e instâncias de governo foram convidadas. Algumas pessoas se afinaram e continuaram a participar.”<sup>19</sup> A maioria dos entrevistados reconhece que alguns projetos desenvolvidos com a prefeitura ou com o governo estadual são resultado de uma iniciativa pessoal, da atuação de algum agente governamental, e não de uma ação institucional. “O nível de comprometimento é muito pessoal, de quem está representando ali no momento [...] você tem um representante comprometido, mas o secretário e o prefeito não estão comprometidos no mesmo nível. Essa é uma das dificuldades que a gente enfrentou.”<sup>20</sup> Apesar do envolvimento de alguns órgãos municipais, sobretudo das secretarias de Desenvolvimento Social, do Trabalho e da Habitação, a Prefeitura, de fato, não abraçou a Agenda Social.<sup>21</sup>

---

18 Entretanto, cabe ressaltar que, embora o processo de “caça aos gatos” venha ocorrendo de forma tranquila, muitos questionam a qualidade dos serviços oferecidos pela Light e, sobretudo, os valores cobrados por ela. Por isso, alguns dos nossos entrevistados não descartam a possibilidade do “gato” voltar a ser acionado por moradores das favelas da região.

19 Éliida Vaz. Depoimento à autora.

20 Itamar Silva. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

21 A prefeitura tem um projeto de desenvolvimento local integrado na Tijuca, a Agenda 21, exatamente na mesma área de atuação da Agenda Social.

Na visão de Léa Aires, coordenadora da Agenda e representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a intermediação que a Agenda Social estabeleceu entre o poder público e as comunidades foi benéfica para ambos. Por isso, lamenta que a participação dos governos estadual e municipal não seja maior. Segundo ela, “a Agenda aproximou muito o poder público da sociedade civil. Para mim, qualquer gestor, se for inteligente, vai freqüentar e fortalecer a Agenda. Lá, ele passa a ser um igual.”<sup>22</sup>

Outro sério problema é a falta de continuidade nos projetos desenvolvidos pelo poder público. O Mutirão pela Paz, no Morro da Formiga, é citado pelos coordenadores da Agenda Social como um exemplo emblemático da atuação do governo estadual. Passado o primeiro momento de euforia, o governo não deu continuidade ao projeto, e as conseqüências foram desastrosas para as pessoas envolvidas diretamente com a proposta.

### **A intermediação: o papel dos agentes comunitários**

A relação entre o poder público e a Agenda Social nos remete a uma discussão maior sobre as interlocuções, sobre o papel dos agentes comunitários. No Rio de Janeiro, nos últimos anos, o poder público contratou para seus quadros algumas centenas de lideranças comunitárias. Funcionários do Estado, esses agentes intermediam as ações governamentais nas comunidades carentes. Procedimento semelhante vem sendo adotado pelas ONGs.<sup>23</sup>

Se, num primeiro momento, a Agenda Social teve um papel importante na articulação das lideranças comunitárias da Grande Tijuca com o poder público, num segundo momento esse papel foi diminuindo. Estabelecidos os contatos com o poder público, as lideranças comunitárias, conhecedoras do “caminho das pedras”, passaram a prescindir da intermediação da Agenda Social. Entretanto, vale ressaltar que, sempre que ocorre uma mudança na administração estadual ou municipal, os contatos entre as comunidades e o poder público precisam ser refeitos. Para fazer os novos contatos, as lideranças comunitárias necessitam da Agenda Social. Concretamente, isso aconteceu depois da eleição municipal de 2000, quando houve uma substituição do primeiro e do segundo escalão nas diversas secretarias do município.

---

22 Léa Aires. Depoimento à autora.

23 Em 2000, a Agenda Social contratou dois agentes de desenvolvimento local: Alexandre Salles e Rosana Queiroz.

Paulo Magalhães, um dos coordenadores da Agenda e representante da CEF, expressa bem o dilema da relação entre agentes comunitários e poder público.

A interlocução está formulada, está feita... Eles estão construindo um tecido capaz de articular essas relações que prescindem dos chamados “organismos da sociedade civil” [...]. É uma crise das ONGs. São transformações substantivas nas relações entre estado e sociedade, entre setor privado, principalmente, e as comunidades. [...] Nós fizemos isso, e o Estado também. Essa mediação, agora, está profissionalizada por meio desses agentes todos.<sup>24</sup>

Ou seja, em sua opinião, a contratação dos agentes comunitários como funcionários públicos pode gerar constrangimentos e dificultar a relação deles com as comunidades.

Em certo sentido, o Estado, ao instituir a figura dos “agentes comunitários”, cria vínculos diretos com as comunidades e passa também a dispensar a intermediação de organismos como a Agenda Social.

### **A relação Agenda Social/Ibase**

Muitos são os motivos que fazem com que a Agenda Social tenha uma forte identificação com o Ibase. O projeto foi gerado no Ibase. É o Ibase quem fornece a sua estrutura “logística”: telefone, endereço para correspondência, secretaria etc. Moema Miranda – sem dúvida, a figura mais expressiva da coordenação da Agenda Social – é também uma das coordenadoras do Ibase. Por isso, no depoimento de alguns dos nossos entrevistados, a Agenda Social se confunde com o Ibase, o qual, por sua vez, está muito identificado com a figura do Betinho. Além do grande apoio dado à Agenda, o prestígio e a legitimidade do Ibase contribuem para essa associação. “O Ibase tem mais tradição, ele patrocinou muita coisa. A nossa identidade é mais ligada ao Ibase, que, por enquanto, tem uma identidade bem definida com a Agenda Social.”<sup>25</sup>

Embora a Agenda Social seja um projeto do Ibase, este tenta se colocar na posição de mais um parceiro. Trata-se de uma situação delicada, e o Ibase parece avaliar não ser conveniente assumir o papel de gestor da Agenda Social. Mas, ao que tudo indica, o constrangimento ocorre exclusivamente por parte do Ibase.

---

24 Paulo Magalhães. Depoimento à autora.

25 Olinto Pegoraro. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

O cuidado de não assumir uma “posse” é muito mais do Ibase. As várias instituições que participam não têm tanto receio de serem integrantes de um projeto “capitaneado” pelo Ibase. Todo mundo entende isso, mas o Ibase tem o cuidado de não assumir para si o comando, por conta dessa coisa de “somos parceiros”. Ele quer se colocar no mesmo nível de igualdade e de participação.<sup>26</sup>

### **A ampliação da coordenação**

No início de 2000, a coordenação da Agenda Social, inicialmente formada por 5 pessoas, foi ampliada para 16.<sup>27</sup> O esforço foi no sentido de diversificar e envolver novos segmentos sociais e novas instituições com o projeto. No entanto, a ampliação da coordenação tem sido criticada. Para alguns dos entrevistados, ela se deu de forma burocrática. Prova disso é que alguns dos novos coordenadores ainda não assumiram, de fato, a coordenação: não comparecem às reuniões, nem justificam as ausências. Outros entrevistados alegam que a coordenação ampliada perdeu coesão e operacionalidade. A pequena presença de lideranças comunitárias na coordenação ampliada também é um ponto questionado. Da favela, só entrou o pastor Sebastião, líder religioso do Morro da Formiga.

### **A institucionalização da Agenda**

A questão da institucionalização tem sido um tema presente nos debates sobre a crise da Agenda Social. Ela não tem sede, não possui regimento, não está registrada em cartório. Contudo, a sua não-institucionalização foi uma opção.

Optamos por não institucionalizar a Agenda. Não queríamos ser um Viva Rio, uma instância executora de política pública. Queríamos forçar, interferir, fortalecer políticas públicas, mas não gostaríamos de nos transformar em uma instituição de execução de

---

26 Éliida Vaz. Depoimento à autora.

27 Em 2000, a Agenda aumentou sua coordenação para 16 pessoas. Além dos antigos coordenadores entraram Nayhda Von der Weid (Ibase); Alexandre Santos (professor de Geografia da Uerj); João Carlos Martins (coordenador da Agência de Desenvolvimento da Secretaria de Estado do Governo do Rio de Janeiro); Léa Aires (coordenadora da Regional C. R. 2.2/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social); Maria José Parreira Xavier (assistente de gerência do programa Favela-Bairro/Secretaria Municipal de Habitação); Sandra Plaisant Juan (coordenadora de Participação Comunitária/Secretaria Municipal de Habitação); pastor Sebastião Mateus da Silva (Igreja Batista Nova Canaã/Morro da Formiga); Olinto Pegoraro (diretor do Gestão Comunitária: Insituto de Investigação e Ação Social); Raimundo Santa Rosa (Light); Márcia Leite (diretora da Escola Oga Mitá) e Maria Lúcia Petersen (Secretaria Municipal de Habitação).

políticas públicas. Queríamos continuar sendo um espaço, mais do que coordenado por nós, onde as associações e o movimento popular pudessem ter um papel de empurrar o movimento [...] Um espaço onde efetivamente as associações e o pessoal da comunidade pudessem estar refletindo e dialogando juntos.<sup>28</sup>

No entanto, segundo alguns coordenadores, a institucionalização poderia solucionar problemas, poderia ser uma forma de delegar tarefas, de captar recursos, enfim, uma forma de otimizar a Agenda.

Quando há uma instituição definida, há responsabilidades. E é a partir daí que me relaciono com os parceiros, seja lá o que for. Há condições de “dar nome aos bois”, de dar responsabilidades às pessoas e por aí vai. E até mesmo ter condições de ter pessoas *full time* trabalhando para a Agenda Social. Precisamos torná-la uma instituição para que tenhamos condições de captar verbas. Embora os projetos possam ser tocados por entidades A, B ou C, a Agenda tem de ser, no mínimo, esse captador de recursos.<sup>29</sup>

Mas a maioria das pessoas envolvidas com a Agenda Social defende a continuidade de sua não-institucionalização. Por ser um fórum, um movimento, um lugar onde as pessoas se encontram para discutir e implementar ações comunitárias, caso fosse institucionalizada, poderia perder sua flexibilidade, sua espontaneidade.

Acho legal a Agenda não ser institucionalizada, porque ela é um espaço nosso, um espaço do povão. [...] A Agenda é um espaço em que todos nós temos direito de estar e temos voz. [...] Você chega a uma reunião da Agenda e tem o direito de falar o problema que está acontecendo. É o encontro de toda a população, independente de quem seja. Ela é um espaço democrático!<sup>30</sup>

Embora não tenha muita clareza sobre a institucionalização da Agenda, Élidea, por sua vez, concorda que alguma mudança tem de ser feita na estrutura da Agenda.

A gente tinha de pensar num nível de organização que fosse diferente. Sinto falta de algumas coisas não terem continuidade. Há discussões, reuniões, várias pessoas apresentam mil idéias, e a execução dessas idéias muitas vezes acaba prejudicada porque

---

28 Moema Miranda. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

29 Raimundo Santa Rosa. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

30 Rosana Queiroz. Depoimento à autora.

não temos uma infra-estrutura para bancar a realização. Esse trabalho mais voluntário acaba tendo problemas, as pessoas acabam dedicando aquilo que é possível [...]. Tinha de ter uma coordenação executiva no sentido de desdobrar as coisas [...] mas também não sei se essa é a forma. Isso tudo entra na discussão do propósito da Agenda, de descobrir qual é o caminho.<sup>31</sup>

Mesmo que a Agenda Social não seja institucionalizada, a exemplo de Élidea, outros entrevistados também defendem uma mudança na estrutura organizacional da Agenda. A maior parte dos envolvidos com a Agenda Social é composta de voluntários. Diante do volume de trabalho, seria necessário profissionalizar mais pessoas. Alguns dizem que, havendo mais pessoas dedicadas à Agenda, como Moema Miranda, Patrícia Lanes e os agentes de desenvolvimento local, Rosana Queiroz e Alexandre Salles, seria mais fácil operacionalizar novas ações e dar continuidade aos projetos em curso. Um exemplo concreto sobre as dificuldades enfrentadas com o trabalho voluntário é a distribuição do jornal *Informativo Agenda Social* nas comunidades. Como distribuir, voluntariamente, 5 mil exemplares do jornal?

### **Pertencimento, identificação e representação na Agenda Social: fronteiras fluidas**

A despeito das dificuldades, um aspecto que chama a atenção nos depoimentos dos diversos entrevistados é o carinho que todos têm pela Agenda. Embora exista uma grande dificuldade em definir o que é a Agenda Social, a identificação com ela é forte, o sentimento de pertencer à Agenda é amplo. Alguns definem a Agenda como um fórum. Outros, como um movimento. Há os que falam em projeto.

O ponto positivo é que a gente conseguiu despertar nas comunidades a importância do coletivo, de estar dialogando e se encontrando com outras favelas. [...] E é bem positiva essa resposta das comunidades... Há pessoas que introjetaram bem o sentido da Agenda, sentem-se um “agente” da Agenda.<sup>32</sup>

Segundo a agente comunitária Nilza Rosa, “a Agenda não tem nada específico. A Agenda somos todos nós”.<sup>33</sup>

---

31 Elida Vaz. Depoimento à autora.

32 Itamar Silva. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

33 Nilza Rosa. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

Ao lado da definição pouco precisa sobre o que é a Agenda, existe uma certa indefinição sobre quem pode falar pela Agenda. Ao mesmo tempo em que muitos falam pela Agenda ou se sentem “agentes da Agenda”, não se sabe quem é o seu porta-voz autorizado. As jornalistas Patrícia Lanes e Élide Vaz, responsáveis pela divulgação da Agenda, afirmam que tudo isso dificulta o trabalho nos meios de comunicação. Em termos de mídia, essa indefinição é inviável, dizem elas.

Como a Agenda não tem uma identidade, como é que a gente coloca no jornal? Como um monte de projetinhos vinculados a um projeto maior? Vai parecer que a Agenda é financiadora de projetos, e não é essa a questão. [...] Penso que a Agenda seja muito mais um movimento do que um fórum. Isso pelo tipo de mobilização que um movimento traz. Um fórum não traz esse tipo de identificação.<sup>34</sup>

Portanto, duas questões estão sempre em foco: o que é a Agenda? Quais são as vozes que a representam? Isso se torna mais grave quando surgem fatos novos que exigem uma rápida tomada de posição.

### **Alternativas para um futuro próximo**

Nessa discussão sobre os próximos desdobramentos da Agenda, um conceito torna-se central: o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Reconhecendo a atualidade e flexibilidade desse conceito, noção ou retórica, nossos entrevistados expõem as dificuldades em operacionalizá-lo. Mostram que seu conteúdo pode ser um ponto de partida, mas que não é uma solução mágica que faça desaparecer as contradições entre classes, segmentos sociais, asfalto e favela, sociedade e estado. Seu uso pode ser estratégico, mas exige crítica e avaliação constantes. Para além do conceito, o que tem sido valorizado como parâmetro de avaliação é o acúmulo de experiência de participação e o envolvimento dos participantes.

Moema Miranda e Paulo Magalhães expressam as dificuldades do momento.

O DLIS era uma idéia que ajudamos muito a formular, a ocupar aqui, discutimos muito... E virou uma panacéia. Tudo é Desenvolvimento Local. Hoje, recusamos, teórica e politicamente, o projeto Desenvolvimento Local no âmbito da Agenda. Não tem muito

---

34 Patrícia Lanes. Depoimento à autora.

sentido a Agenda ser isso, desenvolver isso... Para mim, é encerrado esse negócio [...] esse campo está minado, há outra conformação. Ele não se confunde com a Agenda e [...] parece um equívoco, em algum momento, ter estabelecido pra Agenda uma ação dessa natureza.<sup>35</sup>

O Desenvolvimento Local não dá certo... Não nesses termos com os quais estamos trabalhando e atuando. Ninguém no poder público ou empresas assume isso, se for para discutir com “pobre organizado” [...]. A Agenda não é um projeto “comprável” por nenhuma dessas instituições de Desenvolvimento Local, porque já tem muita identidade, muita força, minimamente, microorganizada. Mas tem! E cada um que vai botar grana nesse projeto de Desenvolvimento Local vai querer botar o seu carimbo. [...] Claro que ninguém vai carimbar um projeto como o da Agenda... E a Agenda deu uma patinada em 2000.<sup>36</sup>

Se as dificuldades são grandes, os acertos são significativos. Nas palavras de Itamar, “podemos até chegar à conclusão de o que foi feito foi muito bom, mas acabou e não tem mais continuidade nos marcos que a gente estava pensando”. No entanto, “essa experiência acumulada, se tiver outro tipo de desenho, pode se transformar numa proposta de maior impacto... Qual é eu não sei”.<sup>37</sup>

Sem dúvida, sobretudo para as comunidades da Grande Tijuca, o saldo foi muito positivo. Por isso, o depoimento de um dos coordenadores da Agenda parece expressar o sentimento de todos: “se a Agenda acabar, eu vou morrer um pouco...”<sup>38</sup>

---

35 Paulo Magalhães. Depoimento à autora.

36 Moema Miranda. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

37 Itamar Silva. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

38 Raimundo Santa Rosa. Depoimento ao Cpdoc/FGV.

## Conclusões

A Agenda Social parte de uma estrutura consistente e de uma mobilização natural e, até certo ponto, espontânea da sociedade brasileira e, em particular, da sociedade carioca, que era a possibilidade de a cidade do Rio de Janeiro sediar as Olimpíadas Internacionais de 2004. Além disso, havia uma grande sinergia, conferida pela figura mítica de Betinho. Isso facilitou a formação de parcerias, mesclando a sociedade civil com o poder público, até então crenes nos dividendos políticos que angariaria caso as Olimpíadas fossem efetivamente realizadas no Rio de Janeiro. Entretanto, uma sucessão de fatores não previstos veio mudar as cores e o destino do cenário inicial. O comitê encarregado de avaliar as condições da cidade vetou o Rio de Janeiro pela quantidade de problemas existentes que impediam a realização do evento. Entre os problemas, estava exatamente a falta de qualidades mínimas nas áreas ambientais, de infra-estrutura e serviços de atendimento aos participantes e até mesmo o problema de segurança. Apenas isso já seria um grave golpe no planejamento inicial da Agenda Social. Não bastasse essa derrota, o país, pouco tempo depois, passou por mais uma situação de perda com a morte de Betinho, que era a referência principal desse projeto.

Entretanto, antes que esses fatos ocorressem, muitos compromissos já estavam em marcha: diversos projetos e agregados a eles recursos financeiros, algumas instituições públicas empresas e organizações populares. Desse conjunto, pela natural perspectiva e possibilidade de ganhos concretos, as comunidades e suas lideranças se mantiveram mais articulados, além de representantes institucionais que foram gradualmente se afastando do projeto inicial. O tempo se encarregou de deixar o projeto com características assemelhadas a outras tentativas de natureza parecida, nas quais o trabalho voluntário, os recursos financeiros e um enorme esforço de articulação são necessários para torná-las viável. A Agenda Social caminhava ao lado de sucessos circunstanciais para a vala comum de outras tentativas ousadas de fazer projetos inovadores de grande porte *com* a população e não *para* a população. A sobrecarga para dirigentes e voluntários foi se tornando cada vez maior. E o poder público, valendo-se da descoberta do caminho traçado no primeiro momento da Agenda, se encarregou de amealhar boa parte dessas lideranças comunitárias para seus próprios projetos e interesses. É natural que, com esses ganhos, setores comunitários se mantivessem reestimulados enquanto os quadros intelectuais mais exigentes, partindo de uma análise mais global, iniciassem o convívio com um período de frustrações por terem vivido os primeiros momentos e a utopia do que fora a Agenda Social com Betinho.

Agora, trata-se de avaliar a continuidade do projeto, tentando recolocá-lo nos trilhos. Para isso, é importante que as lideranças comunitárias percebam que seus ganhos são parte já conquistada pelo avanço da luta popular como um todo e não da Agenda especificamente. Trata-se, talvez, de diminuir os objetivos inicialmente traçados, reorganizar o trabalho em novas bases e com outras características. Esse é o desafio que foi legado por esse processo.

O Ibase, ainda que não se confunda com a Agenda Social, jogará papel decisivo num processo de avaliação mais profundo. Nesse processo, os indicadores apontam que a Agenda de Betinho já não existe mais e a Agenda Social pragmática interessa aos excluídos, porque conseguiram, por intermédio dela, ganhos concretos. Eis o dilema. A velha Agenda morreu, a nova Agenda está viva. Somente as comunidades, agora mais satisfeitas, poderão dar sustentação a essa nova Agenda.

## Sugestões

Apesar da complexidade do problema envolvendo atores com características peculiares e pontos de vista diferentes, em certos momentos tendentes ao antagonismo, algumas sugestões merecem ser consideradas. Entre essas, cabe destacar:

- reativar a relação da Agenda Social com parceiros estratégicos já próximos e buscar novas parcerias;
- redefinir a relação com o Ibase, levando em conta seu papel propulsor até o momento;
- retomar o contato com as associações de moradores e tentar dinamizá-las a partir da realidade local;
- reforçar o papel da Agenda Social enquanto um fórum para pensar e formular políticas públicas;
- publicar um inventário de todas as atividades desenvolvidas pela Agenda Social no período;
- repensar a estrutura organizacional da Agenda: criar uma secretaria executiva, profissionalizar mais pessoas e modificar a coordenação;
- aumentar a visibilidade da Agenda Social como forma de conquistar maiores adesões e aumentar seu poder de influência;
- definir quem são os porta-vozes da Agenda;
- conseguir maior espaço na mídia e reforçar os mecanismos de comunicação interna;
- realizar reuniões e atividades específicas nas diferentes comunidades da Grande Tijuca;
- enfrentar a questão da violência/segurança, considerando a realidade local e a sua complexidade. Discutir a questão para entender inclusive os limites da intervenção da Agenda Social;
- buscar novos financiamentos como forma de implementar novos projetos e garantir a manutenção da sua estrutura básica.

**Pessoas entrevistadas:**

- Itamar Silva – coordenador da Agenda/Fundação Bento Rubião
- Moema Miranda – coordenadora da Agenda/lbase
- Nahyda Franca – coordenadora da Agenda/lbase
- Olinto Pegoraro – coordenador da Agenda/Gestão Comunitária
- Raimundo Santa Rosa – coordenador da Agenda/Light
- Alexandre Santos – coordenador da Agenda/professor de Geografia/Uerj
- Élide Vaz – professora de Comunicação Social/Uerj
- Patrícia Lânes – jornalista/lbase
- Paulo Magalhães – coordenador da Agenda/CEF
- Alexandre Salles – agente de Desenvolvimento Local da Agenda
- Rosana Queiroz – agente de Desenvolvimento Local da Agenda
- Ruth Barros – líder comunitária do Borel
- Léa Aires – coordenadora da Agenda/coordenadora da Regional C. R. 2.2/SMDS
- Edson Dias – presidente da Associação de Moradores de João Paulo II.
- Pastor Sebastião – coordenador da Agenda/Igreja Nova Canaã
- Nilza Gomes – presidente da Associação de Moradores do Morro da Formiga
- Nilza Rosa – agente comunitária

## Parceiros da Agenda

II Coordenadoria Regional de Educação • VIII e IX Regiões Administrativas • Ação Comunitária Pró-Favela • Amantes das Artes • Associação Brasileira de Educação Infantil (Asbrei) • Associações de Moradores Agrícola, Alto da Boa Vista, Alto Simão, Andaraí, Bispo 117, Borel, Casa Branca, Catrambi, Chácara do Céu, Coréia, Encontro, Formiga, Grajaú, Indiana, Jamelão, João Paulo II, Juscelino Kubitschek, Liberdade, Matinha, Morro do Andaraí, Morro da Chacrinha, Morro do Cruz, Morro dos Macacos, Nova Divinéia, Parque Vila Isabel, Pedacinho do Céu, Praça da Bandeira, Rodo, Salgueiro, Sumaré, Tijuacu, Turano, Vila Cachoeira e Vila Isabel • Banco da Mulher • Caixa Econômica Federal • Centros Municipais de Atendimento Social Integrado Ayrton Senna, Cantinho do Céu, Casa Branca, Professor Paulo Freire, João Alberto Alves, Galdino Manoel, Nova Divinéia, Raízes do Salgueiro, Renascer do Andaraí, São Sebastião Arrelia, Tia Bela, Tia Maria e Winnie Mandela • Centro Comunitário Lídia dos Santos • Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Cefeteq) • Cia. Étnica de Dança e Teatro • Cia. Triângulo de Teatro • Colégio Regina Coelli • Comitê Geral/RJ • Comlurb • Cooperativa Arco-Íris • Cooperativa dos Trabalhadores do Morro do Andaraí (Cooperan) • Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Social de Vila Isabel (C. R. 2.2) • Coordenadoria de Saúde AP2.2 • Creches Chácara do Céu, Chapeuzinho Marrom, Escadinha do Saber, Indiana, Raio de Sol, Santa Mônica e Sol da Liberdade • Dança e Paz • Escola de Artes Tear/Armazém de Idéias • Escolas Municipais Affonso Penna, Francisco Campos, Laudímia Trota, Orsina da Fonseca, Panamá e Professor Lourenço Filho • Escola Oga Mitá • Espaço Cultural Tocando em Você • Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) • Fundação Bento Rubião • Fundação Bradesco • Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social • Igreja Batista Nova Canaã • Igreja dos Capuchinhos • Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) • Instituto Brasileiro de Desenvolvimento para Educação • Instituto de Educação do Rio de Janeiro • Instituto Imagem e Cidadania/Sobrado Cultural • Light • Logos Sagrado • Movimento de Adolescentes e Jovens do Rio de Janeiro (MAR) • Mutirão Reflorestamento AP2 • Organização Holandesa para Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (Novib) • Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (Omep) • Parque Nacional da Tijuca • Pólo Integrado de Preservação Ambiental do Complexo do Andaraí • Reciclando a Cidadania Ecológica • Rede Jovem Cidadão • Reserva Florestal do Grajaú • Roda Viva • Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social • Secretaria Municipal de Educação • Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Serviço Social do Comércio (Sesc)/Tijuca; Serviço Social da Indústria (Sesi) • SPS Comunicação • Subprefeitura da Tijuca • Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) •

## Uma publicação

